



O Estado de S. Paulo – 02 Jun 2004

Reestruturação de agências só sai em 2005

Projeto está em tramitação na Câmara, mas eleições municipais devem atrasar definição

O governo já não conta com a votação este ano, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que reestrutura as agências reguladoras. O projeto só deverá ser sancionado em 2005, no terceiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que no ano passado criticou o modelo dos órgãos reguladores. Segundo uma fonte próxima do Palácio do Planalto, o governo espera que a proposta seja aprovada ainda este mês pela comissão especial da Câmara que a examina, mas sabe que, depois do recesso parlamentar de julho, os deputados estarão envolvidos com as eleições municipais. O relator do projeto, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), mantém para o próximo dia 15 a apresentação de seu parecer e, na próxima semana, a comissão especial deve encerrar a fase de audiências públicas.

O deputado Luciano Zica (PT-SP), membro da comissão especial, considera que foi um erro o governo ter retirado a urgência constitucional do projeto, que previa sua apreciação em 45 dias. A indefinição de regras para o setor de infra-estrutura, na opinião de Zica, trouxe, nos últimos anos, muitos prejuízos, e a demora na votação do projeto das agências poderá inviabilizar a implantação de "avanços no modelo do setor elétrico".

Os representantes de investidores em infra-estrutura manifestaram ontem preocupação com o impacto que a indefinição de regras claras para o setor pode ter no custo de serviços como o de energia elétrica. Na audiência pública na Câmara, o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, disse que o risco regulatório representa um aumento de 4,5% no custo de energia elétrica. Segundo ele, associado ao risco político e ao risco Brasil, esse vácuo regulatório provoca um aumento de 27% no custo da energia em comparação com o de países desenvolvidos e estáveis nas dimensões política e regulatória.

Salles fez essas observações ao participar do debate na comissão especial que analisa o projeto de reestruturação das agências. Ele disse que a instabilidade do marco regulatório é uma das principais barreiras para o crescimento do setor elétrico, aliado à falta de clareza dos papéis estatal e privado, à alta carga tributária e aos ataques às agências reguladoras.

Risco - No setor de energia, exemplificou, há uma necessidade anual de investimento de R\$ 20 bilhões. Mas, como o sistema de financiamento público e as agências multilaterais de crédito, segundo Salles, só conseguem prover recursos de, no máximo, R\$ 9 bilhões por ano, há uma necessidade de atração dos R\$ 11 bilhões anuais restantes da iniciativa privada. Segundo ele, o País está correndo "um risco enorme" de não atrair os investimentos privados necessários por não definir regras.

O vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), Paulo Godoy, disse que é necessário que o Brasil tenha regras estáveis. "É preciso criar condições de estabilidade, senão os recursos não virão", afirmou, ao se referir às necessidades de investimentos do País no setor de infra-estrutura.

Membros da comissão especial também manifestaram apreensão quanto à demora na definição de regras. "Até que ponto essa questão não resolvida pode implicar limitação de investimentos?", questionou o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP).

O presidente da Frente Parlamentar das Agências Reguladoras, deputado Ricardo Barros (PP-PR), também acha que pode haver atraso na votação do projeto, mesmo na comissão especial, caso o parecer do relator seja muito divergente das propostas feitas pelos parlamentares nas 137 emendas que apresentaram ao projeto. O deputado Goldman também vê dificuldade em votar a proposta ainda neste mês. "Há um acúmulo de votações na última quinzena de junho", observou.